



A rotina de uma redação de jornal no tempo da ditadura

Antonio HOHLFELDT¹

Resumo:

Na última semana de março de 2024, para marcar a passagem destes 60 anos que, inclusive, motivaram o presente dossiê, este autor decidiu conversar com seus alunos de Graduação a respeito do tema. De modo geral, são jovens de primeiro semestre; alguns poucos estão em meio ao curso de Jornalismo. Praticamente nenhum tem a mínima idéia do que ocorreu ao longo do período entre 1964 e 1985, o que seja Ato Institucional nº 5, movimento em defesa da volta dos exilados e da anistia, abertura do regime, etc. Alguns poucos sabem quem foi Vladimir Herzog e, por alto, o que ocorreu com ele, mas ignoram solenemente o mesmo tipo de assassinato perpetrado contra o operário Santos Dias da Silva. E certamente eles não são exceção. Por isso, ao ler este *call paper*, foi tomada a decisão de escrever um depoimento. Ele busca ser o mais objetivo possível, a partir da experiência profissional do autor na redação do *Correio do Povo*, jornal integrante da Cia. Jornalística Caldas Junior, de Porto Alegre, Brasil, propriedade de Breno Caldas, jornal esse criado em 1895.

Palavras-chave: Jornalismo e censura; Jornalismo e História; rotinas jornalísticas; liberdade de imprensa; *Correio do Povo*.

The routine of a newspaper editor during the dictatorship

Abstract:

In the last week of March, 2024, to mark the passage of these 60 years that guide this dossier, this author decided to talk to his undergraduate students about the topic. In general, they are young people in their first semester; a few are in the middle of studying Journalism. Practically no one has the slightest idea of what happened during the period between 1964 and 1985, whatever Institutional Act nº 5, movement in defense of the return of exiles or amnesty, opening of the regime, etc. A few know who Vladimir Herzog was and, briefly, what happened to him; but they solemnly ignore the same type of murder perpetrated against the worker Santos Dias da Silva. Therefore, when reading about this call paper, it was decided to write this testimonial. It seeks to be as objective as possible, based on the author's professional experience in the editorial office of *Correio do Povo*, a newspaper belonging to Cia. Jornalística Caldas Junior, in Porto Alegre, Brasil, owned by Breno Caldas, since 1895.

Keywords: Journalism and censorship; Journalism and History; journalistic routines; press liberty; *Correio do Povo*.

¹ Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Escola de Comunicação, Artes e Design da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), pesquisador em produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. *E-mail:* a_hohlfeldt@yahoo.com.br



Las rutinas de un periódico durante la dictadura

Resumen:

En la última semana de marzo de 2024, para marcar el paso de estos 60 años que guían este dossier, este autor decidió hablar con sus alumnos de pregrado sobre el tema. En general son jóvenes de primer semestre; algunos están en pleno estudio de Periodismo. Prácticamente nadie tiene la más mínima idea de lo ocurrido durante el periodo comprendido entre 1964 y 1985, sea cual sea el Acto Institucional nº 5, movimiento en defensa del retorno de los exiliados o amnistía, apertura del régimen, etc. Unos pocos saben quién fue Vladimir Herzog y, brevemente, qué se pasó con él, pero ignoran solemnemente el mismo tipo de asesinato perpetrado contra el trabajador Santos Dias da Silva. Por eso, al leer sobre este documento de convocatoria, se tomó la decisión de escribir este testimonio. Busca ser lo más objetivo posible, basando-se en la experiencia profesional del autor en la redacción del *Correio do Povo*, periódico de la Cia. Jornalística Caldas Junior, de Porto Alegre, Brasil, de propiedad de Breno Caldas, desde 1895.

Palabras clave: Periodismo y Libertad; Periodismo y Historia; rutinas periodísticas; libertad de prensa; *Correio do Povo*.

Regulamentação pela ditadura

Contraditoriamente, a regulamentação da profissão de jornalista, no Brasil, foi alcançada com o Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, emitido pela então Junta Militar que substituíra Artur da Costa e Silva no exercício da Presidência, evitando que seu vice e novo administrador natural e constitucional, o civil Pedro Aleixo, que votara contra a edição do Ato Institucional nº 5, em dezembro do ano anterior, assumisse a função, tal como previa a Constituição. Assim, quem assina o documento são os ministros da Marinha (Augusto Rademaker), do Exército (Augusto de Lyra Tavares) e da Aeronáutica (Márcio de Souza e Mello), sendo ministro do Trabalho Jarbas Passarinho, que igualmente fora favorável ao AI-5. Ou seja, a regulamentação dos jornalistas brasileiros, que é a legitimação e o reconhecimento de nossa atividade profissional, foi outorgada por uma autoridade ilegítima e, sobretudo, ilegal, porque oriunda de um ato de força, que fora o golpe de 31 de março de 1964, reforçado pela edição do Ato Institucional nº 5, de 12 de dezembro de 1968, que dava absoluta liberdade ao mandatário de plantão para agir como bem lhe aprouvesse, inteiramente à revelia de quaisquer outras leis que não aquele mesmo Ato.

Apesar de tudo, a regulamentação profissional foi importante para a categoria e ajudou muito para que os jornalistas guardassem e defendessem a responsabilidade social de suas atividades, inclusive no episódio do assassinato de Vladimir Herzog, de cuja repercussão

nacional e internacional sou testemunha, graças à resistência extraordinária do então presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo, jornalista Audálio Dantas; do Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, e do rabino da comunidade judaica de São Paulo, Henry Sobel. Multiplicaram-se, a partir daquele momento, denúncias escritas, sobretudo na forma de grandes reportagens, na maioria das vezes publicadas em livros, para fugir à censura que pesava sobre jornais, emissoras de rádio e de televisão, evidenciando as contradições e a impossibilidade fática do pretenso suicídio de Herzog. A isso se somaria a contínua persistência, corajosa, da viúva do jornalista, Clarice Herzog, de identificar os responsáveis pelo ocorrido e mover-lhes algum tipo de ação de responsabilização.

Na trilha de tais ações, a criação de dois textos dramáticos abordava o mesmo tema: primeiro, *Ponto de partida*, de Gianfrancesco Guarnieri, ator, director e dramaturgo que já produzira, antes, a admirável peça *Eles não usam black-tie*. *Ponto de Partida* estreou em 1976, pouco mais de um ano depois do ocorrido, com direção do ator e diretor gaúcho Fernando Peixoto, com interpretações do próprio Gianfrancesco Guarnieri, Martha Overbeck, Othon Bastos, Sônia Loureiro e Sérgio Ricardo, que também assinava a emocionante trilha sonora. O segundo texto foi escrito por um publicitário, genro do jornalista assassinado, João Ribeiro Chaves Neto. Chamava-se *Patética*. Foi inscrita no concurso do Serviço Nacional de Teatro (SNT), em 1978. Eu fui um dos jornalistas, como crítico de teatro que era, escrevendo nas páginas do *Correio do Povo*, a participar do júri, ao lado, dentre outros, do mesmo Fernando Peixoto, a dramaturga Maria Helena Kühner e a crítica do jornal *O Estado de S. Paulo*, Rosângela Alves de Lima. Quando da primeira reunião, no Rio de Janeiro, na sede do SNT, o produtor Orlando Miranda, seu diretor, pediu-nos que revisássemos a posição, sob pena de intervenção dos serviços de censura. Bem sabia ele, no entanto, por nos conhecer, que isso não iria acontecer. Ratificada a nossa posição, o concurso foi suspenso e ele comunicou que seríamos avisados proximamente sobre os desdobramentos da situação. Mais de um ano depois, fomos reconvocados para nova reunião, na mesma sede do SNT. Miranda, deve-se deixar registrado, foi exaustivo na tentativa de manter a independência do júri e da instituição que dirigia, o que conseguiu.

Quando saí de Porto Alegre, para aquela reunião final do júri, deixei dois encaminhamentos com meu editor e chefe, o respeitável e pioneiro Paulo Fontoura Gastal: se



eu não desse sinal de vida até às 22 horas, ele deveria comunicar a meus familiares que eu teria sido preso; de outro lado, ele “seguraria” uma página inteira do jornal porque, se isso não tivesse ocorrido, eu iria direto para a sucursal da empresa (o *Correio do Povo*, na época, mantinha sucursais no Rio de Janeiro e em São Paulo) e ali redigiria uma matéria a respeito, que seria transmitida pelo telégrafo (nada de WhatsApp, internet, essas coisas todas da modernidade). Eu tinha até a meia-noite para fazer isso.

O júri confirmou sua decisão, compusemos e assinamos uma ata, porque assim exigia o regulamento do concurso, justificando nossos votos, entregue a Orlando Miranda. Graças a ele, certamente, não fomos presos, o resultado do concurso foi validado e, por conseqüência, a peça foi imediatamente publicada pela Civilização Brasileira, ainda que proibida sua encenação em todo o território nacional.

A rotina de um jornal conservadoramente liberal

Por que começo com estas memórias, meu depoimento? Porque, como jornalista vinculado, desde sempre, à editoria de Cultura, cuja responsabilidade era do mencionado jornalista Paulo Fontoura Gastal, talvez mais do que em outras editorias, vivíamos com uma espécie de espada de Dâmocles sobre nossas cabeças. O jornal nunca teve censores em sua redação, como ocorreu com a revista *Veja*, o *O Estado de S. Paulo* ou até mesmo *O São Paulo*, da Cúria Metropolitana de São Paulo.

A empresa de Breno Caldas, a Cia. Jornalística Caldas Junior, cuja história vinha desde 1895, como a maioria dos grandes jornais do Brasil, havia apoiado o golpe de 1964. Mas Breno Caldas era um sujeito liberal, não aceitou perseguições políticas: manteve contratados ou chegou mesmo a contratar alguns profissionais perseguidos pelo regime, como o radialista Lauro Hagemann, na época, locutor de noticiários e de programas jornalísticos na Rádio Guaíba, da mesma empresa. Vinculado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), Lauro fora eleito vereador de Porto Alegre, mas, logo depois de 1964, evidentemente, foi cassado. Desempregado, procurou apoio e encontrou guarida na rádio de Breno Caldas, então a mais importante emissora do sul do país, tanto que fora “requisitada” pelo então governador Leonel Brizola (PTB-RS) para formar a resistência à tentativa de golpe de 1961, liderando a chamada “Cadeia da Legalidade”, a partir dos porões do Palácio Piratini, garantindo a posse de João





Goulart na Presidência, ainda que sob o regime parlamentarista. O episódio tornar-se-ia histórico. Quanto a Lauro, a decisão foi pessoal de Breno Caldas.

Outro episódio significativo da independência de Breno Caldas ocorreu no dia 20 de setembro de 1972. O líder do Governo Federal no Congresso, senador José Bonifácio (ARENA-MG), havia feito um enfático discurso negando que houvesse censura no Brasil. O *Correio do Povo* transformou a manifestação em sua manchete mas, pelo final da tarde, houve ordem da censura para cortar o texto. Breno Caldas ficou irritado e mandou manter a manchete e o noticiário, para desespero dos homens da censura. Decidida a publicação e a impressão do jornal, as autoridades policiais solicitaram os caminhões da empresa para levar os impressos empacotados, que seriam jogados na rua. Breno Caldas negou e a solução foi convocar caminhões do Exército que, na madrugada, guiados por jovens soldados que nada compreendiam do que se passava, vieram juntar os pacotes do jornal impresso jogados na rua e colocá-los nos caminhões. Para sorte dos historiadores, uma funcionária da empresa, Francisca Espinosa, que cuidava dos arquivos dos jornais, aproveitou a confusão e surrupiou alguns exemplares daquela edição que, formalmente, jamais circulou nem foi distribuída, mas cujos exemplares estão guardados no arquivo da empresa e foram recentemente digitalizados...

O mais significativo, na história, é que o 20 de setembro é feriado regional no Rio Grande do Sul, tendo a ver com a chamada Grande Revolução que colocou, em campos opostos, os sul-rio-grandenses e os aristocratas do Império, na primeira metade do século XIX. Vale dizer: o episódio chamou mais do que nunca a atenção de todos, até porque, no dia seguinte, o *Correio do Povo* acabou publicando notícia a respeito do ocorrido e divulgando os motivos de sua não-circulação, coisa que a censura tanto tentara impedir...

Minha experiência na Caldas Junior

Desde antes de meus 15 anos, eu tinha proximidade com alguns dos profissionais do *Correio do Povo*. O jornal publicava, aos domingos, o chamado “Correio Infantil”, uma página dedicada à garotada. Na redação do jornal, na época, havia apenas duas jornalistas mulheres (refiro-me ao início da década de 1960): Lygia Nunes respondia pela “Página Feminina” e





Maria de Lourdes Sá Britto cuidava da edição dominical do jornal dirigida aos pequenos². Uma das atrações da página era um concurso chamado “Quem é que sabe”, em que o pequeno leitor era convidado a responder dez perguntas sobre algum livro que estivesse sendo publicado, em capítulos, pela página. Os acertadores concorriam a livros da Editora Melhoramentos, que os doava à editoria da página, numa espécie de ação de *marketing*, já que a editora também permitia a reprodução das histórias em quadrinhos de Hergé (1960), a série de aventuras vividas pelo garoto Tintim. Eu ganhei algumas vezes o concurso e, por consequência, ia à redação buscar meu prêmio, conhecendo, assim, o editor Paulo Fontoura Gastal, a que as duas páginas estavam afetas.

Anos depois, fui estudar Jornalismo na FAMECOS, à noite, mas pela manhã cursava Letras, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pela tarde, comecei a frequentar a redação do jornal e passei a escrever crítica de cinema na *Folha da Tarde* e, logo depois, a escrever reportagens e entrevistas para o *Correio do Povo*, como colaborador, sendo, enfim, efetivado como funcionário, com carteira assinada, depois da regulamentação da profissão. Evidentemente, aluno universitário depois de 1965, eu me colocava contra o chamado Acordo MEC-USAID³ e participava de mobilizações organizadas a partir da faculdade. Quando nossos melhores professores do curso de Letras foram cassados, após o AI-5, ampliou-se minha consciência a respeito do que significava a ditadura e evidentemente interessei-me cada vez mais por ler livros e artigos que discutissem a questão. Nunca me filiei a nenhum movimento, contudo, sobretudo porque não tinha tempo. Estudando pela manhã e à noite, almoçando no restaurante universitário e trabalhando a tarde inteira no jornal, muitas vezes varava as madrugadas lendo livros de teoria literária ou política. Tinha a pretensão de continuar jornalista, mas aspirava a me tornar escritor. Acabei me tornando crítico de arte,

² Não havia banheiros para as duas jornalistas, naquele andar da redação. E embora a redação do outro jornal, o vespertino *Folha da Tarde*, no mesmo piso, já contasse com um pouco mais de jornalistas mulheres, o banheiro feminino ficava no terceiro andar, atrás do “barzinho do seu Walter”, onde boa parte dos profissionais fazia lanches, na hora do almoço ou, sobretudo, à noite.

³ Acordo firmado entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos e que mudou drasticamente a concepção educacional e organização dos currículos no país. O então II Grau, que se dividia entre *clássico* (encaminhavam o aluno para estudos humanistas e de ciências sociais) e *científico* (encaminhava o aluno para os estudos das ciências exatas), foi unificado, com exclusão de disciplinas como Literatura e Filosofia; por outro lado, o francês, que até então era a *segunda língua* nas escolas brasileiras, foi substituído pelo inglês, reforçando a característica mais técnica e instrumental da escola.



sobretudo de Literatura e de Teatro, função que exerço há mais de trinta anos, hoje em dia no *Jornal do Comércio*, de Porto Alegre.

Lidar com a cultura, obviamente, era uma provocação para o pessoal da ditadura. E a gente provocava mesmo. Quando a censura sobre algum jornal do centro do país proibia alguma informação, a gente aproveitava que o *Correio do Povo* não tinha censura prévia e reproduzia a informação em suas páginas. Com isso, buscava-se quebrar as barreiras da censura⁴. Mas os jornalistas também aprenderam a *driblar* a censura: eu assinava um artigo de crítica literária semanal, no suplemento literário do jornal, o “Caderno de sábado”, artigo de cerca de dez laudas (página inteira no formato tabloide, coisa quase impensável hoje em dia). Então, escolhia a dedo os livros que resenhava, preferindo aqueles que me permitissem expressar idéias críticas sobre o contexto brasileiro, ou que me dessem a oportunidade de reproduzir opiniões críticas a respeito da ditadura. Ou seja, meus artigos resenhavam livros recém-publicados, mas nem sempre se limitavam a livros de poesia ou de ficção; escolhia também livros de ensaios. No caso dos livros essencialmente “literários”, selecionava aqueles com cujos relatos me identificava, bastando lembrar obras como *Zero*, de Ignacio de Loyola Brandão (1975), *O homem de fevereiro ou março*, de Rubem Fonseca (1975), *Notas de Manfredo Rangel, o repórter (a respeito de Kramer)*, de Sérgio Sant’Anna (1973), os livros do jornalista José Louzeiro que, conscientemente, optara por publicar em volumes todas as suas grandes reportagens, e assim por diante. No caso de ensaios, escolhia a dedo o antropólogo Darcy Ribeiro, o pedagogo Paulo Freire, obras de economia de José Serra, etc. Não era bem uma batalha, era uma guerrilha.

Modos de censura

No dia a dia, aquela prática que levou à não circulação da edição do *Correio do Povo* do dia 20 de setembro de 1972 repetia rotineiramente. Para quem viveu uma redação de jornal ao tempo da tipografia, da composição a quente, das linotipos, tudo isso é um outro mundo: o jornal tinha de “baixar” até cerca de 18 horas. Não havia diagramação, era tudo no olho: depois

⁴ A prática ocorria dessa maneira: o jornalista que havia apurado a matéria original enviava seu texto a um colega, por exemplo, do *Correio do Povo*, e nós tratávamos de divulgá-lo, com uma introdução que dizia mais ou menos assim: “o jornalista fulano de tal apurou que.” e lá vinha a matéria proibida, resumida, por certo, mas, bem ou mal, divulgada, ao menos para um certo segmento de leitores.

da meia-noite, o “editor”, muitas vezes eu, no caso da editoria de Cultura, ia para a oficina do jornal e ali, no olho, com a ajuda dos funcionários gráficos, “fechavam-se”⁵ as páginas, definindo as matérias de cinco, quatro ou três colunas, escolhendo algumas “ficadas”⁶ para tapar os buracos que permaneciam abertos, ou pedindo uma “prova de página” para ver onde cortar a matéria, quando ela ultrapassava os limites de espaço⁷, acertando as fotografias de quatro, três ou duas colunas, conforme a importância e extensão da matéria.

O jornal ia sendo montado ao longo do dia, desde o meio-dia, quando se começavam a redigir e “baixar” os primeiros textos. Informações de política e de economia ficavam mais para o fim do dia. Cada editor tinha um “mapa” das matérias que deveriam ser publicadas no dia seguinte e, assim, ia organizando sua edição. Cada editoria tinha seu próprio editor.

Ocorre que a censura costumava esperar até quase o final desse tempo, algo como 17 ou 18 horas, para se manifestar, propositadamente, para atrasar a rodagem do jornal, levando as editorias a sempre manterem matérias sobressalentes, em caso de substituição de algum texto. Havia dois modos, ambos colocando a responsabilidade final pelas decisões a serem tomadas nas mãos dos editores, no caso de jornais sem a presença ostensiva de censores nas redações, como era o caso do *Correio do Povo*: telefonemas anônimos, quando uma voz masculina apenas indicava tratar-se da censura e, em seguida, passava as orientações sobre as proibições; ou mensagens escritas em papéis sem qualquer identidade de origem, que eram entregues na portaria do jornal, para serem obedecidas pelo secretário de redação e retransmitidas aos jornalistas.

⁵ “Baixar”, na gíria jornalística, era mandar as matérias redigidas (em papel, nas chamadas “laudas”, páginas pré-impressas caracterizadas por uma espécie de “camisa de força” em que os textos eram escritos, correspondendo sempre a uma coluna do jornal). “Fechar”, por seu lado, era quando, no balcão de aço sobre o qual estava a “rama” da página, que depois gerava a “matriz” para impressão, dispunham-se as matérias já compostas, no modo invertido, isto é, de cima para baixo, ainda que, como a página estava invertida, a “parte de cima”, estivesse “embaixo” para o auxiliar que montava a página. Muitas vezes, sobravam espaços em branco ou as matérias “estouravam” e precisavam ser cortadas.

⁶ “Ficadas” eram pequenos textos jornalísticos, informativos, mas que não tinham urgência de publicação. No caso da editoria de Cultura, podia ser a informação sobre o novo filme de uma atriz ou um diretor, a contratação de um maestro famoso por alguma orquestra importante, etc. Em geral, eram pequenas notícias de cinco a quinze linhas, em uma coluna, que justamente tinham a função de fechar os buracos que ficavam nas páginas. Outra maneira de “fechar” eram os pequenos anúncios sobre o próprio jornal, mas isso era incomum no *Correio do Povo*.

⁷ No espaço da “rama”, já estavam colocados os anúncios da edição, de modo que nos cabia preencher os espaços vazios, o que às vezes complicava sobremaneira a tarefa.



Intimações e convites

Quanto aos jornalistas, não era incomum recebermos intimações (“convites”, diziam) para nos apresentarmos em tal dia e hora na sede da Polícia Federal (onde estava o serviço de censura). Na maioria das vezes, a gente chegava às 8 horas da manhã, passava o dia inteiro sentado, “abandonado”, sem receber nem água, e era dispensado ao final do dia, às 18 horas. Eram bons burocratas, aqueles... Umhas raras vezes, quase ao final do dia, éramos levados a uma sala para depoimento. Quem fosse mais de uma vez a essas visitas já sabia de cor o roteiro das perguntas: se éramos comunistas, por que apoiávamos subversivos, quem nos mandava escrever isso ou aquilo, e assim por diante. Quando terminou o período ditatorial e os arquivos da censura foram abertos, a leitura das fichas sobre os jornalistas ou sobre professores provocava gargalhadas, não fosse a situação tenebrosa que se vivera anteriormente. Afinal, foi ao longo de um desses “convites”, para um “depoimento”, que o jornalista Valdimir Herzog foi assassinado... por isso, comecei com esta memória: ela, de certo modo, sintetiza tudo o que os homens e mulheres profissionais da imprensa sofreram ao longo daquele período.

Uma das experiências mais estapafúrdias e inexplicáveis que vivi, durante aqueles anos, foi tentar entender os diferentes critérios sobre o que poderia ou não ser escrito e, em consequência, publicado nos jornais. Fui chamado algumas vezes à Polícia Federal, como escrevi acima, mas nunca meus artigos foram cortados parcial ou totalmente, quando de suas publicações no suplemento literário, o “Caderno de sábado”, no *Correio do povo*. Ocorre que aquele mesmo texto, muitas vezes, eu enviava para dois outros jornais que mantinham suplementos literários, a *Tribuna da Imprensa*, do Rio de Janeiro, e o *Correio das Artes*, de João Pessoa, na Paraíba.

A *Tribuna da Imprensa* tinha sido propriedade de Carlos Lacerda: foi nela que o jornalista e político atacou impiedosamente Getúlio Vargas, até seu suicídio. Na época a que me refiro, o jornal pertencia a Hélio Fernandes, irmão de Millôr Fernandes, evidente desafeto do regime. O jornal não tinha censura presencial, na redação, mas era normal meus artigos serem sumariamente censurados ou cortados parcialmente, transformando a página num conjunto ilegível de blocos de texto sem pé nem cabeça: sobravam o título e o meu nome e, depois, duas páginas em branco, ou blocos de parágrafos intercalados por outros blocos em



branco, constituídos por aqueles textos cortados. O mesmo ocorria com o *Correio das Artes*: um mesmo artigo que fora integralmente publicado no “Caderno de sábado” poderia ser vetado ou cortado parcialmente na edição do jornal paraibano. O mais estranho, ainda, é que os cortes da *Tribuna da Imprensa* não eram os mesmos sofridos no *Correio das Artes*, ou seja, cada censor fazia a leitura que lhe aprouvesse ou lhe inspirasse.

A autocensura

Na rotina do jornal, ao menos no caso do *Correio do Povo*, o fato de não haver censores presentes na redação já era para festejar. Mas isso implicava numa espécie de autocensura a que a publicação se obrigava. Todo o texto redigido passava pelo crivo do secretário de redação. Se havia algum problema, a gente era chamado e comunicado. Podia-se apelar para a última palavra a ser dada pelo próprio Breno Caldas, que costumava ir ao jornal diariamente, ao final da jornada, e ali permanecia até cerca das 22 horas. Matérias que, no entendimento do responsável pela secretaria do jornal, não deveriam ser publicadas, sempre chegavam ao crivo do proprietário do periódico, e daí, eventualmente, ele decidia de outro modo ou chegava mesmo a chamar o autor do texto para conversar. A gente aprendeu a negociar as matérias, enxertando textos mais pesados, mas que não eram essenciais, para ter o que cortar... às vezes dava certo, outras, não...

Não se deve imaginar, no entanto, que todos os jornalistas, num mesmo jornal, tivessem posições ideológicas semelhantes. Tanto na *Folha da Tarde* quanto no *Correio do Povo* e, mais tarde, na *Folha da Manhã*⁸, outro tabloide, mas este matutino, que a Cia. Jornalística Caldas Jr. editou, antes de falir, havia identificações variadas. Evidentemente, os “mais jovens” eram mais críticos que os mais experimentados, mais conservadores. Mas quem trabalhava numa editoria como a de Cultura certamente encontrava muito mais unidade e identidade de opinião entre os colegas, o que facilitava muito as coisas, a começar pelo editor.

Os diferentes trabalhos que têm contado a história da Cia. Jornalística Caldas Jr. e de seu proprietário, Breno Caldas, de modo geral reconhecem o posicionamento moderado do

⁸ A *Folha da Manhã* foi uma tentativa de ampliar o público leitor dos jornais da Cia. Jornalística Caldas Junior, buscando o jovem universitário, principalmente. Por isso, a redação era composta de profissionais mais moços e, evidentemente, com uma tendência mais crítica às autoridades, o que causou muitos dissabores à empresa e especialmente a Breno Caldas. O jornal, por ser matutino, acabou competindo com a *Folha da Tarde*, prejudicando-a, do mesmo modo que criou atritos até mesmo com o *Correio do Povo*.



jornalista. Talvez por isso mesmo, a dívida gerada pela aquisição de equipamentos para a televisão, a TV Guaíba, Canal 2, quando houve a crise do petróleo e o dólar subiu desmesuradamente, não sensibilizou nenhuma autoridade, nem em Brasília, nem no Palácio Piratini. Breno Caldas era demasiadamente liberal para aquelas cabeças. A empresa faliu e anos depois foi repassada sucessivamente a outros grupos⁹. Mas aquela liberalidade garantiu um mínimo de dignidade para o exercício do jornalismo naquelas redações. Apesar das pressões existentes, a partir dos responsáveis pela censura, quem revisitar, hoje, as páginas, sobretudo do *Correio do Povo*, talvez se surpreenda com o que vai encontrar publicado, sem maiores problemas com a censura.

Seja como for, em 1974, aceitei um convite da direção da Seção Brasileira da Rádio Canada Internacional e fui para Montreal, trabalhar na seção brasileira da rádio internacional. Encontrando-me com colegas que efetivamente experimentavam o exílio, organizamo-nos para divulgar, por meio das ondas curtas do programa diário, informações que sabíamos serem proibidas no Brasil. A emissora impunha um protocolo: só podíamos divulgar aquilo que já fora publicado em jornais canadenses ou em quaisquer outros mídias nacionais. Com isso, a emissora oficial do governo do Canadá evitava reclamações formais ou informais dos canais diplomáticos brasileiros: afinal, se estava publicado e o jornalista da emissora havia lido e decidido divulgar, a emissora não praticava a censura ou a autocensura entre seus profissionais... Lá fiquei quase dois anos, retornando em 1975, quando as coisas começavam a se tornar menos complicadas. Quando viajei, fui como correspondente da Cia. Caldas Junior, maneira de não romper o vínculo com a empresa. Ao retornar, reintegrei-me à redação e ali ainda permaneceria mais alguns anos, tempo para viver a resistência produzida entre os jornalistas e a sociedade civil, em geral, ao assassinato do jornalista Vladimir Herzog. Pude participar, então, das ações de resistência à versão de seu “suicídio” e, infelizmente, ver de perto a falência da Cia. Jornalística Caldas Junior, modo pouco qualificado com que algumas autoridades ligadas ao regime ditatorial encontraram para se vingar de Breno Caldas e de sua liberalidade.

⁹ Hoje, ela é propriedade da Igreja Universal do Reino de Deus.



Referências

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. **Zero**. Rio de Janeiro: Brasília, 1975.

BRASIL. Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969. Dispõe sobre exercício da profissão de jornalista. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0972.htm#:~:text=DEL972&text=DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%20972%2C%20DE,exerc%C3%ADcio%20da%20profiss%C3%A3o%20de%20jornalista. Acesso em: 05 maio 2024.

CHAVES NETO, João Ribeiro. **Patética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978.

FONSECA, Rubem. **Feliz ano novo**. Rio de Janeiro, 1975.

GARCIA, Miliandre. Patética: O prêmio e as censuras (anos 1970). **Baleia na Rede**, Marília, v. 1, n. 9, p. 135-157. 2012. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/baleianarede>. Acesso em: 05 maio 2024.

GUARNIERI, Gianfrancesco. **Ponto de partida**. São Paulo: Ática, 1976.

HERGÉ (George Prosper Remi). **O cetro de Ottokar**. São Paulo: Melhoramentos. 1960.

SANT' ANNA, Sérgio. **Notas de Manfredo Rangel, o repórter (a respeito de Kramer)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

Submetido em: 17.05.2024

Aprovado em: 12.06.2024